

JOÃO PESSOA, 05 DE DEZEMBRO DE 2001

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso X, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 266, inciso I, da Lei Complementar n.º 39 de 26 de dezembro de 1985, e tendo em vista relatório da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo da Secretaria do Controle da Despesa Pública, constante do Processo n.º 01.419.461-9/SA;

RESOLVE aplicar a pena de **DEMISSÃO** ao servidor **RIVALDO TARGINO DA COSTA**, Auditor de Contas Públicas, matrícula n.º 147.642-4, lotado na Secretaria do Controle da Despesa Pública, por infringência ao disposto do Artigo 272, inciso I, Parágrafo Primeiro, da Lei Complementar n.º 39/85, Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado da Paraíba.

JØSE TARBINO MARANHÃO
Governador



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA,

COLENDAS TURMAS E DIGNOS DESEMBARGADORES,

EGRÉGIO MINISTÉRIO PÚBLICO,

DIGNOS PROMOTORES DE JUSTIÇA:

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR

RIVALDO TARGINO DA COSTA, brasileiro, casado, engenheiro, escritor, CPF 251606724-00, com endereço profissional à rua da Aurora, 201, Aptº 1205, Edificio Morzart, nesta Capital e Comarca, por seu advogado infra-assinado, vem, mui respeitosamente, com fulcro no art. 5°, LXIX, da Constituição Federal, arts. 1° e 7°, II, da Lei n.° 1.533/51, C/C arts. 6ª, XXVIII, "d", e 31, XXXIX, da Resolução n.º 40 do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, IMPETRAR o presente MANDADO DE SEGURANÇA, inclusive com pedido de LIMINAR DE CASSAÇÃO do ato impugnado, contra ato violento praticado pelo Excelentíssimo Governador do Estado da Paraíba, Dr. JOSÉ TARGINO MARANHÃO, autoridade coatora, brasileiro, divorciado, com residência na Granja Santana, S/N, Miramar - João Pessoa/PB, e endereço profissional no Palácio da Redenção, Praça Presidente João Pessoa, Centro - João Pessoa/PB, pelas razões, de fato e de direito, que se seguem: